

||

ORIGENS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO OESTE PARANAENSE: A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA (1938-1958)*

Rodrigo Pinto de Andrade

Cézar de Alencar Arnaut de Toledo

Francielle Aparecida Garuti de Andrade

INTRODUÇÃO

Este texto tem por objetivo analisar a história da implantação da Escola de Porto Britânia, instituição pública, localizada na antiga Fazenda Britânia, localidade cujo território abrange atualmente os municípios de Toledo e de Marechal Cândido Rondon, fundada no ano de 1938 mediante um convênio entre o Estado do Paraná e a poder público municipal de Foz do Iguaçu. A escola foi criada antes do início do processo de colonização planejada da região, que aconteceu a partir da segunda metade da década de 1940. Quando de sua criação, a instituição visava atender as crianças brasileiras que residiam nas proximidades do Porto Britânia, localidade que à época, era habitada majoritariamente por estrangeiros, especialmente paraguaios e argentinos.

As atividades escolares foram iniciadas com 25 alunos sob a regência do professor Raphael Garcia e duraram até 1958. Segundo consta das atas de Exames Finais, de 1938 a 1947, a instituição funcionou com o nome de Escola de Porto Britânia, depois, passou a se chamar Escola Isolada de Rio Branco. Na final da década de 1950, com o fortalecimento do núcleo urbano de Toledo e o êxodo rural em toda região oeste do Paraná, a demanda escolar nas localidades rurais diminuiu e a instituição encerrou suas atividades.

A pesquisa foi realizada mediante a análise de documentos que descrevem o processo de criação, funcionamento e a trajetória da escola. Para sua efetivação foram utilizadas fontes como: Livros-ata de Exames Finais; Documento da Diretoria Geral da Educação de contratação do professor que atuou na instituição; Livros-ata de visitas periódicas do Supervisor Educacional de Foz do Iguaçu; Fotos da escola da década de 1930, todos disponíveis no acervo do Museu Histórico Willy Barth, de Toledo, PR.

Para discutir a temática proposta, inicialmente será analisada a inserção da pesquisa sobre instituições escolares no contexto da História da

*DOI – 10.29388/978-65-86678-77-2-0-f.22-27

Educação brasileira. Em seguida, será estudado processo de colonização e a escolarização da região oeste do Paraná no período da criação da Escola de Porto Britânia (1938-1958). Por fim, será abordada a implantação da instituição, com um particular destaque para sua organização pedagógica, a saber: corpo docente, corpo discente, prédio escolar e currículo.

Entendemos como importante a investigação de uma instituição educacional regional, porque o estudo da história local permite reconstituir as intencionalidades e interesses que nortearam seu processo de criação e organização. Ao realizar o trabalho de reconstituição histórica das instituições educacionais, contribuímos para a preservação da memória educacional da região e para a valorização do patrimônio cultural.

INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Atualmente, a temática da escola tem sido recorrente na área da História da Educação. Abordada sob as diversas perspectivas de informação e análise, a historiografia da escola vem sendo ampliada e renovada. Nos últimos anos multiplicaram-se as análises sobre a especificidade (cultura escolar, pedagogia, arquitetura, mobiliário, materiais didáticos, artefatos, disposição espacial); diversificaram-se estudos comparativos de amplitude territorial (local, regional, nacional, federal); foram revigorados parâmetros e perspectivas sobre mundialização e globalização do processo e do modelo didático-pedagógicos escolares. (MAGALHÃES, 1998).

No Brasil, a análise da história das instituições escolares no Brasil, tem se firmado como uma Linha de Pesquisa no âmbito da História da Educação e constituído cada vez mais, num campo de investigação promissor. Um dos elementos motivadores para as investigações sobre essa área temática é a possibilidade de se escrever a História da Educação brasileira e regional sob um prisma diferente daquele que dá espaço apenas às narrativas emanadas de documentos oficiais. Essa linha de investigação tem se consolidado como uma proposta de pesquisa que visa à valorização das peculiaridades regionais, sem desconsiderar as dimensões nacionais; entende-se que ao analisar as características de uma determinada instituição, espacial e geograficamente determinada, nasce a possibilidade de conhecer o contexto histórico-político e social que a criou. Trata-se de um veio da pesquisa histórica que se ocupa em descrever seus protagonistas em suas ações, bem como, os diferentes momentos vividos pela instituição educativa, suas contradições, sua estrutura física, sua relação com as políticas educacionais, seu projeto pedagógico e

outros temas que contribuem a compreensão do fenômeno histórico-educativo em sua totalidade. (NOSELLA, BUFFA, 2009; SANFELICE, 2007).

Essa temática se insere no contexto da ampliação do número de novos objetos que têm sido analisados a partir de sua historicidade. Dentre os novos temas, destacam-se: instituições escolares, práticas educativas, políticas educacionais, educação rural, educação indígena, educação especial, educação a distância, entre outros. Apesar das dificuldades, devido à inexistência de repertórios de fontes organizadas, no Brasil, muitos historiadores da educação têm se lançado na tarefa de historiar a educação escolar por meio da construção de interpretações acerca das principais instituições educativas espalhadas pelas diversas regiões do país. (NOSELLA, BUFFA, 2009; SAVIANI, 2007).

A abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas constitui um domínio do conhecimento histórico em renovação no quadro da História da Educação, no qual novas formas de questionamento se cruzam com um alargamento das problemáticas e com uma sensibilidade acrescida à diversidade dos contextos e à especificidade dos modelos e das práticas educativas. A renovação da História da Educação adquiriu uma identidade epistemológica própria. Desde a década de 1960, a historiografia da educação, por sua vez, tem evoluído por meio de revisões críticas e pela construção de conceitos e formas de proceder que permitem compreender e explicar os fenômenos educativos, especialmente nas instituições escolares. Essa renovação historiográfica das últimas décadas produziu importantes mudanças na área da História da Educação (MAGALHÃES, 1999).

A história das instituições educativas faz parte deste processo de renovação e se constitui num desafio interdisciplinar. Nesse tipo de pesquisa, as análises sociológicas, organizacionais e curriculares compilam-se com o objetivo de uma reconstituição historiográfica de valor, pois se propõe a contextualizar a instituição pesquisada no cenário político, social, cultural e educacional em que ela se desenvolveu (MAGALHÃES, 1998).

O trabalho de analisar a história das instituições escolares, além de descrever a vida e os fatos que ocorreram no interior da escola, não fica preso apenas aos relatos históricos sobre seu dia a dia. Tais pesquisas devem levar o leitor à compreensão da totalidade histórica. Assim, historiar uma instituição educativa é investigar o que se passa ou se passou em seu interior, a partir da análise que envolve os vários atores participantes do processo educativo, à luz do contexto geral, pois o movimento em seu interior reflete, de maneira particular e elaborada, o movimento social no qual a instituição está inserida; a

escola, portanto, deve ser analisada à luz de seu contexto histórico, social e político (SAVIANI, 2013; NOSELLA; BUFFA, 2009).

Assim, podemos dizer que cada instituição, escolar ou não, faz parte do todo social, de uma rede de complexos, de múltiplas determinações que forma um sistema societário integral e em constante transformação, sendo produzida pelo movimento histórico formado com base na luta entre elementos societários contraditórios; todavia, ela possui elementos internos que a difere de outras instituições, fazendo-a única e, que são revelados através da singularidade (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2009; LOMBARDI, 2011). Nesta perspectiva, analisar a história de uma instituição educativa, possibilita ao pesquisador, e a própria comunidade escolar, entender os enlaces que cercaram ou cercam tal instituição para desvendar, desta forma, seus papéis na sociedade.

COLONIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ NO PERÍODO DA CRIAÇÃO ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA (1938 E 1958)

O período histórico da implantação da Escola de Porto de Britânia coincidiu com o processo de decadência do sistema econômico de *obrages*¹ e o início da colonização planejada do oeste do paranaense. Com a ampliação das atividades comerciais e das navegações no rio Paraná, a região oeste passou a ser explorada com mais intensidade. Devido à falta de fiscalização por parte das autoridades brasileiras na fronteira, a exploração das riquezas naturais se intensificou, principalmente pela ação dos argentinos que implantaram um modelo de exploração já praticado em algumas regiões de seu território, especialmente em *Corrientes* e *Misiones*. Tratava-se da extração e do comércio de produtos de origem agrícola, principalmente da erva-mate. (WACHOWICZ, 1982; GRONDIN, 2007).

Como produto nativo da terra, a erva-mate foi amplamente explorada na Argentina, a ponto de se esgotar no país, levando os argentinos a migrarem para as terras do oeste paranaense e se radicarem na região. Os *obrageros*²,

¹As *obrages* foram imensos domínios rurais que se estabeleceram, primeiro no norte argentino e, posteriormente, no oeste do Paraná e na parte sul do Estado do Mato Grosso para a exploração da erva-mate e da madeira, empregando, geralmente, mão-de-obra paraguaia, em sistema de quase escravidão (GRONDIN, 2007). Ruy Wachowicz define *obrages* como: grandes extensões de terras fornecidas através de concessões dadas pelo governo do Estado, principalmente para a exploração de erva-mate, eram empreendimentos de exploração de propriedades do Oeste e Sudoeste do Paraná antes da colonização moderna do Paraná. O nome *obrages* significa originalmente o local onde se trabalha manualmente (WACHOWICZ, 1982).

²*Obragero*: termo em espanhol utilizado para designar o proprietário ou dono da concessão denominada *obrage* (WACHOWICZ, 1982, p.182).

como eram chamados, desde o período imperial, conseguiram concessões de terras para explorar as vastas vegetações nativas de erva-mate e retirar e comercializar madeiras na região. Com a autorização do governo republicano, que permitia a venda ou a concessão dessas terras a estrangeiros, a possibilidade da Província do Paraná organizar o território da região, como pretendiam os políticos paranaenses, ficou bastante dificultada, pois as concessões eram consecutivamente renovadas. Priori afirma que, a despeito das sucessivas tentativas de intervenção dos governos estadual e federal, o funcionamento do sistema de *obrages* dificultava a criação de colônias de povoamento e proporcionou a elevação do desmatamento e esgotamento das reservas naturais, além de incentivar o regime de trabalho semiescravista. (LINHARES, 1969; ARRUDA, 2000; PRIORI, et al. 2012).

As *obrages* acabaram determinando a estrutura produtiva e econômica do oeste do Paraná. A realidade de isolamento das demais regiões do país, somada à falta de estrutura básica e à preocupação em ocupar produtivamente as extensas áreas do território, levou o governo do estado a criar uma política de concessão de terras, cedidas principalmente às empresas estrangeiras que tinham o objetivo de extrair erva-mate e madeira. A decadência desse sistema se deu quando a Argentina, maior consumidor da erva-mate brasileira, passou a produzir o produto em larga escala e contribuiu para diminuir o valor do produto exportado do oeste paranaense. (PRIORI, et al. 2012).

O processo de escolarização na região, por sua vez, esteve diretamente relacionado ao seu processo de colonização e compreendeu distintos modos de instrução, sempre relacionados aos interesses políticos e econômicos postos em disputa no período pelos diferentes grupos sociais tais como colonos, agricultores, migrantes, latifundiários e agentes políticos. Esteve, portanto, intimamente associada ao processo de sua ocupação. A escolarização do oeste paranaense passou por quatro fases distintas, a saber: Escolarização Particular Domiciliar; Casa Escolar Particular; Casa Escolar Pública e Grupo Escolar (EMER, 1991).

No núcleo pioneiro, onde atualmente é o município de Foz do Iguaçu, durante todo período da Colônia Militar, de 1889 até 1912, não existiu escola ou casa escolar em Foz do Iguaçu. Devido ao pouco investimento do Poder Público, a implantação das primeiras instituições escolares na região foi tardia, quando comparada a outras regiões do estado do Paraná. No entanto, essa realidade começou a ser modificada com a abertura de novas vagas de trabalho no município de Foz do Iguaçu para setores sociais que exigiam escolaridade e o aumento da população e do número de crianças em idade escolar, a sociedade se organizou e intensificou as reivindicações pela

intervenção do Poder Público para criação de escolas e a viabilização de outros serviços públicos. Assim, com o aumento da demanda por educação escolar, surgiram as Casas Escolares Públicas que se destinavam a atender a parcela da população que não possuía condições para pagar pelo ensino. (ANDRADE, 2017).

Entre os anos de 1915 e 1916, o Poder Público Municipal de Foz do Iguaçu construiu e manteve uma Casa Escolar. Essa informação pode ser verificada na Lei Municipal n.º 007, de 30 de outubro de 1914, que autorizou o Prefeito Municipal Jorge Schimmelpfeng a “[...] criar um Colégio de ensino primário do sexo masculino, nesta Vila, dispendendo a quantia anual de 2.160\$000 rs., com os vencimentos do professor que a dirigir, e mais a quantia de 250\$000 rs., com o mobiliário”. (FOZ DO IGUAÇU, 1914). A Lei Municipal n.º 024, de 07 de março de 1917, autorizou a criação de “duas escolas municipais do sexo masculino, vencendo cada um dos professores, cem mil réis mensais, devendo para serem as mesmas consideradas em funcionamento regular e teremos ditos professores, direito aos vencimentos marcados, apresentar a frequência mínima de 15 alunos, não podendo exceder de 35” (FOZ DO IGUAÇU, 1917).

No ano de 1928 foi instalado no município o primeiro Grupo Escolar, indicando um claro avanço educacional para região. Essa iniciativa educacional subvencionada pelo Poder Público esteve diretamente ligada à Igreja Católica. Toda assistência religiosa à população de Foz do Iguaçu era feita por padres de *Posadas*, capital da província argentina de *Misiones* e acontecia uma vez por ano, neste contexto, a Igreja decidiu pela criação de uma paróquia em Foz do Iguaçu e recebeu do governo do Paraná a garantia de repasses de subvenções para auxiliar na construção da paróquia e até mesmo propôs um auxílio financeiro mensal à Igreja e aos religiosos que, em contrapartida, deveria construir e dirigir o Grupo Escolar no município (PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA, 1923; EMER, 2012).

As Casas Escolares subvencionadas pelo estado do Paraná constituíram-se na primeira forma institucionalizada de educação escolar do oeste paranaense. Foi também, durante um longo período, a única modalidade de ensino da região. Nas demais localidades, especialmente na área rural e mesmo nos incipientes núcleos urbanos, há poucos documentos que falam da existência de escolas públicas e/ou privadas, sendo a Escola de Porto de Britânia uma exceção.

A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA (1938-1958)

Para a análise do nosso objeto, consideramos a orientação de Magalhães (2004), quando afirma que o desafio da pesquisa sobre a trajetória histórica de qualquer instituição educativa é integrá-la na realidade mais abrangente, que é o sistema educativo; contextualizá-la, implicando-a no quadro da evolução de uma comunidade e de uma região. Para tal, faz-se necessário, além de extrair e analisar elementos do interior da escola que ajudam a explicitar o movimento ali ocorrido, olhar também para o entorno, pois é por meio desta averiguação que elementos imperceptíveis vêm à tona, oferecendo evidências materiais dos impactos que a instituição produziu em seu público alvo e, consequentemente, na sociedade onde desenvolveu e/ou desenvolve suas atividades.

A implantação da Escola de Porto Britânia se deu em um cenário educacional de transição política e econômica no Brasil. Era o início do regime do Estado Novo, que foi pautado pelo nacionalismo e teve na expansão da indústria e no fortalecimento da burguesia nacional sua principal plataforma. Em relação à educação, desde o início do Governo Vargas, 1930, a escola foi apontada como elemento essencial para consolidação de um projeto de nacionalização. O ministro da educação no período, Francisco Campos (1891-1968), defendeu a difusão do Ensino Primário para todas as camadas da população, com o propósito de criar um modelo educacional com bases nacionais, por meio de políticas que levassem ao “brasileiramento” das regiões de fronteiras, localidades que à época contavam com forte presença estrangeira (BOMENY, 1999; SAVIANI, 2008).

Considerando esse contexto geral, pode-se afirmar que a Escola de Porto Britânia foi criada para atender aos interesses governamentais que, naquele período, pretendia, além de resolver o problema educacional dos moradores daquela localidade, marcar presença em uma região estratégica do ponto de vista político e econômico (ARNAUT DE TOLEDO; ANDRADE, 2012).

A seguir, será realizada a análise da organização pedagógica da Escola de Porto Britânia, que contemplará os seguintes elementos: corpo discente e docente; grade curricular e prédios. O estudo desses aspectos da instituição contribui para a análise de sua história. Segundo consta da ata de Exames Finais do primeiro ano de funcionamento da instituição, lavrada em 30 de novembro de 1938, as atividades da Escola de Porto Britânia tiveram início em 31 de março de 1938 (ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA, 1938). Sua organização pode ser assim descrita:

DOCENTES

Entende-se como pertinente na realização da pesquisa sobre a história da implantação da Escola de Porto Britânia a análise referente à composição de seu corpo docente. Como afirmam Paolo Nosella e Ester Buffa, a atuação dos professores na instituição e suas trajetórias podem constituir-se em importantes chaves de análise do processo de reconstituição da história da escola. (NOSELLA; BUFFA, 2009). A documentação registra a presença um único professor que atuou na instituição durante o período de 20 anos, de 1938 a 1958, o professor Rapahel Garcia, contratado pela Diretoria Geral da Educação de Foz do Iguaçu, em 31 de março de 1938, conforme pode ser verificado na imagem a seguir.

Figura 1 – Contrato do professor Raphael Garcia, 1938



Fonte: Museu Histórico Willy Barth, de Toledo, PR.

No ano de 1958, a escola encerrou suas atividades e o professor Raphael Garcia deixou o trabalho docente na instituição, porém, continuou morando naquela região. Em 1991, ele concedeu uma entrevista ao Museu Histórico Willy Barth, na qual ressaltou o privilégio de ter atuado como docente na Escola de Porto de Britânia. Todo material colhido no depoimento está disponível no acervo do referido Museu, em Toledo, PR. A atuação desse professor marcou, de forma decisiva, a formação dos alunos que pela escola passaram.

CORPO DISCENTE E PRÉDIO ESCOLAR

A análise da composição do corpo discente da Escola de Porto Britânia, quando de sua implantação, contribui para compreender a proposta educacional que a instituição procurou oferecer. Como destaca Ester Buffa, analisar o quadro de alunos da escola, pode servir de subsídio no processo de apreensão do formato de educação que a instituição desenvolveu (BUFFA, 2007). Os alunos da instituição eram todos oriundos da área rural. Ao verificar os dados que constam nos livros de matrículas da instituição, é possível ter uma indicação da origem social dos primeiros alunos da instituição. Conforme consta desses documentos, a profissão dos pais dos primeiros alunos da instituição estava diretamente relacionada ao trabalho de extração e beneficiamento da erva-mate.

Segundo consta do “termo de visita”, documento elaborado pelo Supervisor de Ensino que fazia vistorias anuais às escolas sob jurisdição do município de Foz de Iguaçu, documento de 28 de novembro de 1958, nos últimos anos de funcionamento da Escola de Porto Britânia, os alunos eram “em sua maioria brasileiros, porém alguns pais são de origem paraguaia” (TERMO DE VISITA DA ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA, 1958). Neste mesmo documento, consta que os alunos do ano letivo de 1958 eram filhos de ex-alunos da instituição, que foram instruídos pelo mesmo professor, Raphael Garcia, fato que mereceu elogios do Supervisor.

É importante destacar que, em relação ao gênero, na Escola de Porto Britânia, meninos e meninas partilhavam da mesma sala de aula. À época, a separação das classes entre homens e mulheres era uma prática comum nas instituições educativas, especialmente nos grandes centros urbanos. Esse fato se evidencia quando da construção dos prédios escolares. Segundo Ester Buffa e Gelson Almeida Pinto (2002) nos grupos escolares era comum os edifícios serem divididos em duas alas, uma para meninos e outra para meninas. Até mesmo as entradas para esses ambientes eram independentes, visando à separação dos alunos por sexo. No estado do Paraná, foram criadas escolas

exclusivas para atender ao público feminino. Prevalecia a concepção de que a educação para as meninas deveria ser diferente daquela oferecida aos rapazes. Não obstante o fato de haver um discurso que privilegiava a educação escolar para os rapazes ainda predominar nas escolas das grandes cidades, nas atividades promovidas pela Escola de Porto Britânia, todos participavam igualmente. A instituição optou pela coeducação e atendia numa mesma classe, meninos e meninas.

Com base na análise das atas de exames finais do ano de 1938, foi possível elaborar o quadro a seguir, que apresenta os dados da primeira turma da Escola.

Quadro 1 – Escola de Porto Britânia: primeira turma da Escola de Porto Britânia (1938)

Série/turma	Sexo masc.	Sexo fem.	Total de alunos
1ª série	11	10	21
2ª série	01	01	02
3ª série	01	01	02
Total			25

Fonte: Escola de Porto Britânia, 1938.

No primeiro ano das atividades escolares da Escola de Porto Britânia, o número de reprovações foi significativo. Ao finalizar o ano letivo, o número de alunos reprovados foi:

Quadro 2 – Escola de Porto Britânia: alunos reprovados da Escola de Porto Britânia (1938)

Série/turma	Alunos reprovados	Total de alunos
1ª série	12	21
2ª série	00	02
3ª série	00	02
Total de reprovações	12	

Fonte: Escola de Porto Britânia, 1938.

No ano subsequente, segundo consta da ata de exames finais, o número de alunos aumentou para 28, sendo 12 meninos e 16 meninas. O número de reprovações permaneceu elevado, 18 alunos foram “achados insuficientes para serem promovidos de série” (ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA, 1939).

Em todo seu período de funcionamento, a Escola de Porto Britânia desenvolveu suas atividades educacionais em uma única sala de aula construída pelos pais dos alunos. Quando da visita do Supervisor Educacional no ano de 1958, ficou registrado em ata lavrada no dia 28 de outubro de 1958,

que a escola “não possui nenhum banco para escrever, a sala quase escura, sem vidros. [...] esses pequenos brasileiros parecem até que vivem em um mundo à parte” (ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA, 1958).

Há que destacar que os espaços escolares possuem informações relevantes sobre a história e a filosofia educacional de uma instituição educativa e servem para cumprir uma função fundamental, como elementos disciplinadores, pois organizam, classificam, ordenam e hierarquizam os indivíduos em seu interior. Existe uma relação entre os espaços escolares e o processo de ensino e aprendizagem.

No entendimento de Ester Buffa, o prédio e o espaço escolar podem revelar importantes aspectos da vida de uma instituição escolar. Questões como: quem construiu o prédio? Por que construiu assim? As inovações dele ocorreram por causa do crescimento da demanda, por causa de inovações pedagógicas ou por motivo de segurança? As respostas a essas questões, segundo a autora, ajudam a entender a história da escola (BUFFA, 2007).

O prédio de uma instituição educativa pode ser considerado documento, ou, monumento histórico no processo de reconstituição de sua história. Informações relevantes sobre a trajetória, e mesmo as propostas educacionais de uma escola, podem estar aninhadas na arquitetura escolar. Como transmissão silenciosa, a arquitetura veicula os símbolos de cada momento histórico e, também, revelam a realidade de seu entorno.

Figura 02 - Alunos da Escola de Porto Britânia (década de 1930)



Fonte: Acervo do Museu Histórico Willy Barth, de Toledo, PR.

Pode-se notar na fotografia acima, a simplicidade da construção, feita em madeiras e sem uma maior preocupação com as questões estéticas. Ao centro, o professor Raphael Garcia acompanhando os alunos da primeira turma da escola. Como pode ser observado na imagem, os alunos estavam vestidos com roupas simples e sem calçados, retratando que a escola era para eles uma extensão de suas casas. Eram crianças oriundas de famílias camponesas, que trabalhavam em regime praticamente semiescravo, nas *obrages* da região Oeste do Paraná, que não possuíam recursos financeiros nem mesmo para comprarem os artigos básicos para seus filhos.

CURRÍCULO ESCOLAR

A concepção de currículo escolar está relacionada a uma prática social complexa, construída historicamente a partir de relações sociais, políticas e econômicas. Nesse sentido, o currículo deve ser concebido não apenas como sinônimo de conteúdo, mas, como um conjunto de experiências de aprendizagem que contempla conhecimento escolar e experiências vividas; por isso, sua análise pode ser uma importante chave para a compreensão das práticas e da história das instituições escolares. (ANDRADE, 2017).

Na análise de um currículo escolar pode-se identificar influências de ordem política, social, econômica e cultural; um sistema social integral que funciona e se desenvolve segundo leis específicas, na base de um respectivo modo de produção que compreende um processo histórico de um determinado tipo de sociedade historicamente construída. (BITTAR; FERREIRA JÚNIOR, 2009). Nesse sentido, o currículo não se restringe apenas às questões internas das instituições educativas, mas sua configuração recebe influência do contexto geral.

A Escola de Porto Britânia, conforme consta da documentação, tinha a seguinte grade curricular: Linguagem; Caligrafia; Matemática e Trabalhos manuais (ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA, 1938). A instituição funcionou num modelo de classe multisseriada, que correspondia à junção de várias séries em uma única sala de aula. Nesse modelo, o professor dividia o quadro em quantas partes fossem necessárias para atender às séries existentes na classe.

O modelo de classes multisseriadas foi utilizado especialmente nas escolas localizadas na área rural. A educação multisseriada deveria ser uma educação específica e diferenciada, elaborada com vistas à formação humana, emancipadora e criativa, deveria adotar de fato a identidade do meio rural (CAPELO, 2000).

CONCLUSÃO

A análise dos dados revelados pelas fontes aponta que a história da implantação da Escola de Porto Britânia esteve imbricada com a história do desenvolvimento do sistema de *obrages* na região Oeste do Paraná. Foi criada para atender aos filhos dos trabalhadores brasileiros que residiam em uma localidade de fronteira, onde a presença de estrangeiros era notadamente grande. A instituição fez parte do projeto nacionalização da educação, que por sua vez, esteve em consonância com o cenário político/econômico e social que imperava no país naquele momento, devidamente ajustado ao contexto internacional adequado a este ideário.

As práticas educativas da instituição não destoavam das Políticas Educacionais vigentes no período. Elas propunham a difusão e a consolidação do Ensino Primário para todas as regiões brasileiras. O contexto político e educacional em que a escola foi criada concebia a educação escolar como elemento essencial para o processo de construção da sociedade e defendia a necessidade de uma reorganização do ensino. A Escola de Porto Britânia cumpriu o papel de consolidar o discurso do Governo Federal e se adequou às novas forças produtivas, que exigiam a modernização das relações de produção e acabou por cumprir uma tarefa de preparar trabalhadores que colaborariam com o projeto de colonização planejada que seria aplicado na região oeste do Paraná a partir da década de 1940.

Podemos afirmar, portanto, que a Escola de Porto Britânia contribuiu para difundir o projeto governamental que enfatizava a importância da construção de uma nacionalidade, a valorização e a afirmação da identidade brasileira, associada à construção da identidade do homem trabalhador. Para a concretização deste projeto, a educação escolar possuía função estratégica, qual seja: formar o bom trabalhador que auxiliaria no processo de crescimento econômico do Brasil. Ademais, a Escola de Porto Britânia contribuiu para a consolidação do incipiente ensino público na região Oeste do Paraná.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais

ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA. **Livro-ata:** exames finais do ano letivo de 1938 da Escola de Porto Britânia. Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1938. 04 f.

ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA. **Livro-ata:** exames finais do ano letivo de 1939 da Escola de Porto Britânia. Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1939. 04 f.

ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA. **Livro-ata:** exames finais do ano letivo de 1947 da Escola de Porto Britânia. Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1947. 03 f.

ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA. **Livro-ata:** exames finais do ano letivo de 1955 da Escola de Porto Britânia. Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1955. 04 f.

ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA. **Termo de visita do Supervisor Educacional à Escola de Porto Britânia.** Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1958. 03 f.

DIRETORIA GERAL DA EDUCAÇÃO. **Contrato do professor Raphael Garcia pela Diretoria Geral de Educação do Município de Foz do Iguaçu.** Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1938. 01 f.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei Municipal n.º 007, de 30 out. 1914.** Cria um colégio de Ensino Primário do sexo masculino no município de Vila Iguassú.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei Municipal n.º 024, de 07 mar. 1917.** Cria duas escolas municipais do sexo masculino.

PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. **Livro tombo da Paróquia São João Batista.** Foz do Iguaçu, 1924.

Literatura de apoio:

ARNAUT DE TOLEDO, Cézar de Alencar; ANDRADE, Rodrigo Pinto de. História da implantação da Escola de Porto Britânia no contexto da colonização do oeste paranaense (1938-1958). *EccoS*, São Paulo, n. 29, p. 199-217. set./dez. 2012.

ANDRADE, Rodrigo Pinto de. **Religião e educação escolar na colonização do oeste paranaense:** o caso da implantação do Colégio Vicentino Incomar, de Toledo (1948 - 1965). 303 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2017.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões:** entre a história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JR., Amarilio. História, epistemologia marxista e pesquisa educacional brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 489-511, 2009.

BOMENY, Helena Maria. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166.

BUFFA, Ester. Os estudos Sobre Instituições Escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermerval (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 151-164.

BUFFA, Ester; ALMEIDA PINTO, Gerson. **Arquitetura e Educação: Organização do Espaço e Propostas Pedagógicas dos Grupos escolares Paulistas, 1893/1971**. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

CAPELO, Maria Regina Clivati. **Educação, escola e diversidade cultural no meio rural de Londrina: quando o presente reconta o passado**. 2000. 287f. Tese (Doutorado em Educação, Sociedade e Cultura) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

EMER, Ivo Oss. **Desenvolvimento histórico do oeste do Paraná e a construção da escola**. 1991. 340f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991.

EMER, Ivo Oss. Um pouco da história da educação no oeste do Paraná. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 34-48, mai/2012.

GRONDIN, Marcelo. **Alvorecer de Toledo, na colonização do Oeste do Paraná-1946 - 49**. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2007.

LINHARES, T. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

LINHARES, T. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

LOMBARDI, José Claudinei. **Educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Campinas: Editora Alínea, 2011.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, Cunthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara. (Org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Contributo para a História das Instituições Educativas:** Entre a Memória e o Arquivo. Braga, Universidade do Minho, 1999.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos:** história das instituições educativas. Bragança Paulista: EDUSF, 2004.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições Escolares:** por que e como pesquisar. Campinas: Alínea, 2009.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica:** o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981

PRIORI, Angelo., et al. A história do Oeste Paranaense. In: PRIORI, Angelo. et al. **História do Paraná:** séculos XIX e XX. Maringá: EDUEM, 2012. p. 75-89.

SANFELICE, José Luís. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Instituições Escolares no Brasil:** conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 75-93.

SAVIANI, Dermeval. Instituições de memória e organização de acervos para a história das instituições escolares. In: SILVA, João Carlos da; ORSO, José Paulino; CASTANHA, André Paulo; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha. (Org.). **História da educação:** arquivos, instituições escolares e memória histórica. Campinas: Alínea, 2013. p.13-31.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** 2. Ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Instituições Escolares no Brasil Conceito e Reconstrução Histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Instituições Escolares no Brasil:** conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 03-27.

WACHOWICZ, Christovam Ruy. **Obrageros, mensus e colonos:** história do oeste paranaense. Curitiba: Vicentina, 1982.